



13 02 03
[Handwritten signature]

REQUERIMENTO Nº 1738 /IX/ 1ª - AC
2003.Fevereiro.13

Assunto: "Situação das trabalhadoras da empresa Bawo"

Apresentado por: Deputados do Circulo Eleitoral de Aveiro, do Partido Socialista

A estrutura local do Partido Socialista de Estarreja tem acompanhado a situação dramática em que caíram as trabalhadoras da Bawo, desde a primeira hora.

O Secretário-Geral do Partido Socialista, acompanhado dos Deputados do Distrito de Aveiro, decidiu conhecer a situação "in loco" e deslocou-se na terça-feira passada às instalações da Fábrica no sentido de melhor conhecer os contornos do problema.

Segundo o exposto, as trabalhadoras da Bawo foram instadas a terminar uma encomenda que a Fábrica tinha de comprador estrangeiro, o que fizeram trabalhando incessantemente, até ao fim da semana, tendo a mesma ficado concluída dentro do prazo fixado, ou seja, 31 de Janeiro.

Foi-lhes anunciado que a semana seguinte seria de férias, pois a Fábrica iria encerrar para receber novas máquinas.

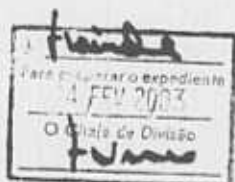
Assim o acataram.

Só por acaso, porém, se aperceberam que, por porta das traseiras da fábrica estavam a ser retiradas máquinas. Dado o alarme geral, depressa se reuniram e se mantêm nas instalações, desde então, vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, no sentido de impedir a saída de mais maquinaria e o consequente esvaziamento da Fábrica da sua capacidade produtiva.

Entretanto todas as trabalhadoras receberam uma carta assinada pela gerência da empresa comunicando que lhes tinha sido instaurado processo disciplinar e que era inconveniente a sua presença no local de trabalho.

A situação descrita e comprovada "in loco" configura um "lock out", constitucionalmente proibido (artigo 57º, nº 4 da C.R.P.).

Apesar disso, esta situação tem-se mantido sem qualquer intervenção das entidades públicas, desde a autarquia local, às autoridades



policiais, entidades regionais competentes ou Governo, o que configura um autêntico escândalo.

Num Estado de Direito e perante a ocorrência de um *crime público* amplamente divulgado em serviços noticiosos de todos os órgãos de comunicação social, as entidades competentes permanecem ausentes e mudas, tendo que ser os particulares a defender os seus direitos.

A situação é de tal modo atípica e grave que até o Senhor Presidente da República entendeu dever intervir publicamente para a denunciar.

Verifica-se mesmo, nesta estranha e inadmissível ocorrência, que apesar de o Senhor Ministro da Economia ser o Presidente da Assembleia Municipal de Estarreja, ainda não pronunciou uma única palavra.

Os Deputados Socialistas do Distrito de Aveiro, abaixo assinados, ao abrigo do artº 159º da Constituição da República e do artº 5º do Regimento da Assembleia da República, vêm requerer a Sua Excelência o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, informação sobre quais as decisões que através dos Ministros da Economia e da Segurança Social e do Trabalho vão ser tomadas para:

- pôr cobro à necessidade da intervenção popular para substituir a anulação do Estado;
- encarar a especificidade desta situação e resolvê-la, tendo em atenção os direitos das trabalhadoras em causa;
- prevenir situações desta natureza e aplicar as sanções devidas aos prevaricadores.

E para suprir o inexplicável silêncio do Governo até agora verificado, apesar do ineditismo, gravidade e contornos de total ausência da intervenção do Estado em situação que a teria requerido, de forma firme, logo no momento da ocorrência, mais requerem que a resposta a este requerimento assuma carácter de urgência.

Os Deputados.

Flávio de Sá
~~BOCCCCC~~
Roseblau
L. Afonso Costa
Albino
João Cravinho
António Sousa
António Garçon